

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODOLPHO SANTOS WOLF

POLÍTICA INDUSTRIAL, MUDANÇA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE
DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA *REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA* ENTRE
2013 E 2016

CURITIBA

2017

RODOLPHO SANTOS WOLF

POLÍTICA INDUSTRIAL, MUDANÇA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE
DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA *REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA* ENTRE
2013 E 2016

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Ciência
Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Marcos Paulo Fuck

CURITIBA
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

RODOLPHO SANTOS WOLF

Política industrial, mudança tecnológica e inovação: uma análise dos artigos publicados na *Revista De Economia Política* entre 2013 e 2016

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, Curso de Ciência Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Marcos Paulo Fuck

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Profa. Dra. Adriana Sbicca Fernandes

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Dr. Victor Manoel Pelaez Alvarez

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 4 de Dezembro de 2017

RESUMO

Este trabalho analisa as atuais ideias sobre o tema política industrial publicadas na Revista de Economia Política. Para isso foram coletados os artigos publicados nos últimos 4 anos classificados como L ou O na classificação JEL. A partir da leitura dos artigos foram selecionados os que tratavam de políticas industriais e procurado regularidades dentro dos mesmos. Os resultados encontrados são que os textos sobre investimento direto externo (IDE) e comportamento das instituições apresentam unanimidade ao afirmar que o IDE não necessariamente moderniza a produção e que é necessária coordenação entre as instituições para a efetividade da política industrial. Não há consenso quanto à desindustrialização, existem discordâncias quanto a suas causas, as políticas para reversão e a forma que é verificada. Por fim, é verificado que há uma aproximação entre a abordagem evolucionária e a estruturalista.

Palavras-chave: Política industrial. Organização Industrial. Mudança tecnológica. Inovação. Revisão de literatura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 VISÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO.....	9
3 UMA ABORDAGEM MAIS ESPECÍFICA.....	11
4 POLÍTICAS INDUSTRIAIS.....	14
4.1 A POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL.....	15
5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	19
5.1 ESPAÇO AMOSTRAL.....	25
6 RESULTADOS ENCONTRADOS.....	33
6.1 FLEXIBILIZANDO A SELEÇÃO.....	39
7 CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	48

1 INTRODUÇÃO

As políticas industriais são políticas que tem a finalidade de promover o desenvolvimento de setores considerados fundamentais para a geração de divisas, tecnologias e empregos (CORONEL *et al.*, 2014). Em outras palavras, são políticas voltadas a determinados setores que são considerados essenciais ao desenvolvimento econômico. As ideias sobre política industrial possuem uma influência decisiva no uso e desenho desse tipo de política. Dependendo da orientação ideológica e do contexto histórico ao qual o governo está inserido, as políticas industriais mudam radicalmente.

Durante a era Vargas, sob o ideário nacionalista e contrário ao receituário liberal, a política industrial se mostrou presente na criação de indústrias de base e na compra e queima do café. Temos como legado dessa época, a mudança de todo o funcionamento economia, deslocando seu centro dinâmico para o mercado interno (FURTADO, 2005), e a criação de uma das maiores multinacionais do Brasil, a Vale do Rio Doce. As políticas industriais implantadas em outros períodos também deixaram legados presente até hoje na economia do país, por exemplo, a construção da Itaipu nos governos militares. Por isso, pode-se afirmar que a política industrial possui efeitos de duração indeterminada.

Não há unanimidade na literatura econômica de como aumentar o desenvolvimento econômico, objetivo final das políticas industriais, apesar de todas as escolas de pensamento afirmarem fornecer o melhor escopo teórico para alcançar o desenvolvimento.

Para a corrente convencional, a atuação do Estado em setores específicos pode aumentar o bem-estar em situações de existência de falhas de mercado, que são condições que afastam o funcionamento do mercado do tipo ideal que é a concorrência perfeita (BARRIONUEVO, 2015). A escola evolucionária, no entanto, não considera a concorrência perfeita a forma de organização ideal, mas concorda que política industrial pode aumentar o desenvolvimento.

Uma análise de quais são os diagnósticos atualmente recomendados para a política industrial seria de grande importância para verificar quais são as principais questões levantadas sobre política industrial e temas correlatos, como a mudança tecnológica e a inovação, e como essas questões são resolvidas pela literatura contemporânea. O objetivo desse trabalho se encontra na criação dessa análise com base nas publicações da *Revista de Economia Política*, de 2013 a 2016.

Após esta introdução, o trabalho estará dividido em 6 tópicos: o primeiro tópico tratará da definição de desenvolvimento econômico e da sua visão convencional, que será seguido pela apresentação da abordagem schumpeteriana do desenvolvimento. Uma comparação entre as duas formas de tratamento de política industrial e uma revisão histórica da política industrial no Brasil serão apresentadas na terceira parte. Sucédidas pela metodologia e pelo espaço amostral da análise. Serão expostos, então, os resultados da pesquisa e, finalmente, a conclusão.

2 VISÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento econômico é um tema comum em todas as escolas de pensamento. Cada uma, à sua maneira, afirma a busca pelo maior desenvolvimento econômico da sociedade. Para Celso Furtado (2000), desenvolvimento econômico é um termo utilizado em 2 sentidos, o primeiro seria o aumento da eficácia da produção na sociedade, já o segundo seria o aumento da satisfação das necessidades humanas, como alimentação, moradia, saúde, segurança, etc.

Pela abordagem convencional, o desenvolvimento econômico seria uma consequência natural quando a economia atuasse em equilíbrio, ou seja, quando as necessidades de compra (demanda) se igualassem às quantias desejadas de venda (oferta), pois ao longo do tempo os fatores de produção aumentam (NELSON e WINTER, 2005). A busca pelo interesse próprio faz com que os capitalistas direcionem os fatores de produção aos setores mais lucrativos, setores com excesso de demanda, atendendo a demanda excedente e, devido ao aumento da concorrência, aproximando o preço de mercado ao preço natural (SMITH, 1996). O mercado, a princípio, não precisaria da atuação governamental para atingir o maior nível de desenvolvimento econômico.

A teoria convencional, no entanto, afirma que pontualmente existem situações de falhas de mercado. Nesses casos, como setores em que há externalidades ou assimetria de informações, a política industrial (políticas com a finalidade de promover o desenvolvimento de setores considerados fundamentais para a geração de divisas, tecnologias e empregos (CORONEL *et al.*, 2014)) teria justificativa para corrigir as falhas, que, de acordo com Castro (2002), quando corrigidas, fariam com que as economias se convergissem ao mesmo nível de desenvolvimento.

Ao tratar da teoria convencional, Mazzucato (2014) descreve que as causas das falhas de mercado podem ser por vários motivos como riscos altos demais para uma empresa investir, as firmas não considerarem, por exemplo, a poluição causada por elas, o desinteresse dos agentes privados em investir em áreas que produzem bens públicos (bens que podem ser acessíveis a qualquer um sem a necessidade de se pagar por eles). O Estado, portanto, atuaria nessas falhas, utilizando os recursos públicos para produzir bens públicos, penalizar as firmas poluidoras e investir nos setores de altíssimo risco. Além disso, o Estado deveria atuar para garantir os direitos à propriedade e ao contrato. Em setores não falhos, o Estado possivelmente promoveria o *crowding out*, que é a

redução do investimento privado por causa ao aumento dos gastos do governo. Essa redução ocorre porque os agentes privados e o governo competem pelo mesmo montante de poupança, o aumento dos gastos públicos, levaria a um aumento da taxa de juros, desincentivando o investimento.

De acordo com Possas (1997), somente a partir da década de 1980 que a teoria convencional passou a se interessar pelas relações entre desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico. Foram desenvolvidos modelos de crescimento que, diferente do modelo de Solow, enquadravam variáveis como gastos com P&D e capital humano numa forma de tornar endógeno ao modelo o avanço técnico. Segundo Mazzucato (2014), apesar desses modelos fornecerem argumentos para o investimento público, não expuseram diretamente, pois os modelos foram tratados como comportamento das empresas, e não parte de um arranjo de várias instituições. Ainda sobre esses modelos, conhecidos como “modelos de crescimento endógeno”, a inovação é geralmente tratada como uma função de probabilidade dos gastos em P&D, quanto maiores, maior a chance de inovar. Referindo-se às novas teorias do crescimento endógeno, Possas (1997) destaca que não há dúvida quanto à relevância de endogeneizar, num modelo teórico, o crescimento econômico pela incorporação de progresso técnico (e aprendizado). Porém, segundo o autor, “o problema é a superficialidade com que isso é feito e a camisa-de-força em que é enquadrado.” (pg. 23)

Nem todos os autores concordam com a linha de pensamento convencional, a exemplo disso temos as abordagens desenvolvimentista e novo desenvolvimentista, ambas afirmando que o progresso não viria automaticamente pelo comportamento das empresas, mas o Estado seria necessário como agente ativo na economia, e não apenas um corretor de falhas (MOLLO e FONSECA, 2013).

O novo desenvolvimentismo, conforme Bresser-Pereira (2016) afirma, defende que o Estado deve regular os 5 preços macroeconômicos (taxa de câmbio, taxa de juros, taxa de lucro, taxa de salário e taxa de inflação) para que o país se desenvolva, deixando o âmbito produtor aos industriais locais. O desenvolvimentismo, por outro lado, afirma que, além de regular variáveis macroeconômicas, o Estado deve agir como produtor nos setores estratégicos (necessários ao desenvolvimento) em que a burguesia nacional se mostra insuficiente para o atendimento da demanda interna, tornando a economia menos limitada à importação de mercadorias fundamentais (combustível, por exemplo), ou seja, menos dependente de outros países, e consequentemente desenvolvendo a economia nacional (MOLLO e FONSECA, 2013).

3 UMA ABORDAGEM MAIS ESPECÍFICA

Depois da descrição da teoria convencional, Mazzucato (2014) afirma que há outra abordagem, baseada em Schumpeter, que contraria os modelos de crescimento endógeno, afirmando que a inovação é incerta, ou seja, não tem como medir por probabilidade de risco, e que o importante não é a quantidade de P&D, mas sua distribuição através da economia

Joseph Alois Schumpeter desenvolveu uma teoria mais específica em relação à teoria convencional sobre o processo de desenvolvimento econômico. Para Schumpeter, a organização dos mercados, a concorrência, a inovação e o desenvolvimento econômico são condições intrinsecamente ligadas de forma diferente ao que pressupõe a teoria convencional.

A teoria convencional pressupõe que os mercados competindo de forma perfeita, sem falhas, alcançariam o maior desenvolvimento econômico possível. Schumpeter (1961) contrapõe a teoria convencional, afirmando que nem a concorrência perfeita é o padrão da organização industrial, sendo mais uma exceção à regra, nem é a forma que mais satisfaz as necessidades humanas. A grande empresa, do oligopólio e monopólio, seria a que tivesse contribuído mais para o desenvolvimento econômico que a pequena empresa, a da concorrência perfeita.

Para Schumpeter (1997), o desenvolvimento não é um mero aumento automático e harmônico de variáveis, mas é a perturbação no equilíbrio, desfazendo-o, criando e implantando condições novas permanentes. Essa quebra dificilmente é originária das preferências do consumidor, sua origem geralmente provém da esfera industrial ou comercial e é repassada aos consumidores. Por ser essencialmente uma ruptura, não é possível afirmar que o desenvolvimento apresente alguma convergência. O desenvolvimento surge da concorrência, não da concorrência no sentido que a literatura convencional utiliza – empresas que atuam dentro de um mesmo setor com um mesmo produto minimizando o preço – mas, da concorrência entre produtos, mercados e processos. Esta é que se faz relevante e decisiva ao desenvolvimento econômico, porque a concorrência, para Schumpeter, raramente ocorre por preço.

As empresas buscam, além de continuar existindo, o lucro. Não apenas o lucro usual, mas o lucro extraordinário, ou seja, o lucro acima do que normalmente se obtém. Para obter o lucro extraordinário, inovam: difundem novos produtos, criam novas

organizações de produção e procuram novos mercados. A inovação suplanta os processos e produtos antigos; não somente concorre com o vigente, mas também destrói a estrutura de mercado preestabelecida, fazendo com que as outras empresas estabelecidas precisem se adaptar às novas condições econômicas criadas pela inovação ou deixem de existir. Esse processo é chamado de destruição criadora (SCHUMPETER 1961 e 1997). Qualquer organização econômica que não permita o lucro extraordinário retira o incentivo a inovar e, portanto, não se desenvolve. O maior exemplo de instituição que não permite o lucro extraordinário é a concorrência perfeita, modelo defendido pela teoria convencional, pois nesse tipo de organização o conhecimento é plenamente acessível a todos. Portanto, a empresa que procuraria criar algo moderno teria todo o ônus da pesquisa e desenvolvimento e quando de fato o novo fosse implantado, todos os outros competidores se aproveitariam do benefício, o acesso pleno à informação, e ao mesmo tempo em que transmitiria rapidamente o conhecimento novo, retiraria o incentivo interno de inovação (GALBRAITH, 1956).

De acordo com Shumpeter (1961), a tese defendida pelos neoclássicos, a de que o monopólio produz menos com preços mais altos que a concorrência perfeita, é baseada na hipótese de capacidades produtivas iguais nos dois modelos. Isso se mostra falso, pois o monopólio dispõe de organizações de produção mais efetivas, que não seriam viáveis às empresas individuais do mercado competitivo, além de poder financiar pesquisas com muito mais facilidade. Em outras palavras, há uma probabilidade dos preços serem menores e as quantidades ofertadas serem maiores no monopólio que na concorrência perfeita.

Como as capacidades produtivas acabam sendo um fator crucial ao desenvolvimento econômico, de modo a justificar outras formas de organização diferentes da concorrência perfeita, diversos autores baseados em Schumpeter, conhecidos como evolucionários, desenvolveram ideias de como essas capacidades atuam e se desenvolvem na economia. Nelson e Winter (2005) afirmam que as capacidades se apresentam contidas nos membros da organização e, considerando a grande empresa, a rotina é a aplicação coordenada dessas capacidades através das informações recebidas de cada membro. Quando o lucro da empresa se apresenta em um nível satisfatório, não há incentivos internos à mudança da rotina, apenas em casos de mudanças das condições externas à firma, a chamada mudança adaptativa. As firmas que buscam uma maior lucratividade aplicam novas rotinas, inovam, e sendo exitosas crescem dentro do

mercado. As malsucedidas, seja em adaptar suas capacidades ao novo cenário, seja em implantar inovações, perdem espaço, podendo até deixar de existir.

Tanto as mudanças adaptativas quanto as mudanças internas dependem, não somente da busca pela maior lucratividade, mas também do sistema de inovação, o qual é o conjunto de instituições de um país e suas características para gerar inovação ou imitar tecnologias (TORRES e RESENDE, 2013). O sistema de inovação de cada país acaba por determinar as capacidades produtivas daquela nação. Quanto mais desenvolvido é o sistema nacional de inovação, maior é a capacidade adaptativa e inovadora da produção local.

É importante frisar que as capacidades produtivas não se limitam ao que é ensinado ou treinado à classe trabalhadora. Sistema de financiamento, infraestrutura de transporte, comunicação, energia e água, laboratórios de pesquisa, órgãos reguladores e a própria cadeia produtiva, dos fornecedores de maquinário aos consumidores finais, fazem parte do sistema de inovação de um país.

Para a abordagem evolucionária (neo-schumpeteriana), políticas que visem o desenvolvimento econômico são políticas que alteram as características do sistema nacional de inovação, podendo ser políticas horizontais, não focadas em um grupo de setores, ou industriais, focadas em setores específicos. A efetividade dessas políticas se reflete no desenvolvimento do sistema nacional de inovação, quanto mais efetivas, maior se torna a capacidade de inovação e adaptação tecnológica.

4 POLÍTICAS INDUSTRIAIS

Tanto a teoria convencional, quanto a evolucionária, concordam que a organização industrial afeta o desenvolvimento econômico e que políticas industriais podem beneficiar o desenvolvimento. As semelhanças, no entanto, acabam praticamente aí.

Relembrando o conceito, políticas industriais são políticas com a finalidade de promover o desenvolvimento de setores considerados fundamentais para a geração de divisas, tecnologias e empregos (CORONEL *et al.*, 2014).

De acordo com Castro (2002), a teoria convencional afirma que a política industrial deve ser usada apenas em setores onde há falhas de mercado, setores oligopolizados por exemplo, e mesmo assim com muita cautela pois o próprio governo apresenta falhas em sua atuação, como exemplo do clientelismo e da excessiva preocupação com o curto prazo. Se as falhas de governo forem maiores que as de mercado, a política industrial não compensaria.

Quando recomendadas pela teoria convencional, as políticas industriais geralmente são de caráter regulatório, deixando a produção aos agentes privados. A exemplo disso, no Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), havia uma forte influência da teoria convencional no governo e a política industrial tinha um tom menos proativo, várias medidas de privatização, junto com criações de muitas agências reguladoras, marcaram o período em questão (CORDEIRO, 2014)

A teoria evolucionária, diferente da convencional, não utiliza a concorrência perfeita como a forma ótima de organização industrial, muito menos considera qualquer desvio dessa forma como uma falha de mercado. De acordo com Cimoli *et al.* (2007), é tão difícil se encontrar uma situação semelhante à concorrência perfeita, que o mundo inteiro pode ser considerado uma falha de mercado.

Com base em Cimoli *et al.* (2007), a política industrial, para os evolucionários, deve sempre levar em consideração o sistema de inovação, ou seja, como se desenvolvem as relações entre os agentes envolvidos na inovação e adaptação tecnológica. O sistema de inovação envolve instituições mercantis e não mercantis, cujo papel vai muito além da garantia da propriedade e contrato, proporcionando estrutura para atividades socialmente impróprias ao mercado e instrumentos de coordenação das atividades produtivas. Uma política industrial efetiva faria com que a economia mais próximos à fronteira tecnológica, processo conhecido na literatura como *catching up*, ou,

caso os setores já se encontrassem na fronteira, uma política industrial geraria e expandiria para outros setores novos paradigmas tecnológicos. A política industrial teria de criar aptidões tecnológicas e limitar a inércia e o rentismo, o que envolve desde a criação de infraestrutura e difusão de conhecimento até regulações punindo o comportamento rentista. No Brasil, de acordo com Chiarini (2016), as políticas de privatização e abertura ao capital externo do governo FHC tiveram um resultado muito limitado para o desenvolvimento por não se levar em conta a situação do sistema nacional de inovação da época, as capacidades produtivas então existentes não permitiam a implantação de novas rotinas que viriam com o capital externo.

4.1 A POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL

Como foi mostrado, não há unanimidade em relação ao uso das políticas industriais na literatura econômica. Ao verificar a história do Brasil, é possível perceber que o país passa por diferentes tipos de políticas industriais, todas atreladas ao contexto ideológico e histórico de cada época. De 1930 até recentemente, é possível identificar 5 contextos nacionais de políticas industriais no Brasil: Vargas, JK, Militares, Liberal e Retorno, que serão descritos a seguir.

De acordo com Celso Furtado (2005), a crise de 1929 afetou profundamente a economia brasileira. O comércio externo, até então o centro dinâmico da economia, não conseguia gerar divisas suficientes para a compra de produtos importados no mesmo nível de épocas anteriores; o câmbio se desvalorizava bruscamente pela escassez de divisas e o coeficiente de importação declinava devido à grande alta dos preços das importações. Para manter a atividade econômica, o governo de Getúlio Vargas comprava e destruía os estoques de café, na época a principal exportação do Brasil. O poder aquisitivo da compra, em vez de se direcionar à importação, era utilizado na compra de produtos brasileiros. O mercado interno foi ganhando maior importância à economia até se tornar seu novo centro dinâmico.

O contexto industrial de Vargas, no entanto, não se limitou a uma resposta à crise de 29, deslocando o eixo modernizante da economia. O primeiro governo de Getúlio Vargas, apoiado num discurso nacionalista e, de acordo com Wilson Cano (2015), consciente da restrição externa de financiamento, assim como do desenvolvimento insuficiente da burguesia nacional, posicionou o próprio Estado como produtor em setores estratégicos. Em seu segundo governo, Vargas manteve suas premissas: participação

intensa do Estado na economia, chegando até ocupar a função produtora e, além disso, criando um banco nacional de investimentos a longo prazo (o atual BNDES) e diversos órgãos públicos de coordenação industrial.

O segundo contexto nacional de políticas industriais se fez presente no governo de Juscelino Kubitschek (JK), o qual, mais alinhado aos interesses americanos, conseguiu ter maior acesso ao financiamento internacional, abrindo a economia ao capital americano, e, por procurar o crescimento industrial por meio do desenvolvimento da infraestrutura e consolidando o modal rodoviário de transporte, conseguiu também apoio parcial dos desenvolvimentistas. As políticas de JK, apesar de trazerem novas rotinas produtivas, aumentaram a dependência externa do Brasil e não tinham uma grande preocupação social, sendo verificado um aumento da desigualdade (IORIS e IORIS, 2013).

O golpe militar de 1964 marca uma mudança radical na organização política do país. O governo permanece alinhado aos interesses norte-americanos, porém, diferente do que JK tentou, não havia uma tentativa de conciliação entre os grupos de interesses. A oposição ao governo se viu perseguida pelo regime instaurado, principalmente após a instituição do AI-5 (FERREIRA JR e BITTAR, 2006). As políticas públicas da época, em vez de serem resultados do processo democrático, eram implantadas por meio de uma tecnocracia (PELAEZ *et al.*, 2017). O discurso predominante no governo militar era o de aumento da estabilidade e segurança nacional por meio do desenvolvimento de setores estratégicos.

Coronel *et al.* (2014) diz, em relação à estabilidade, que o Banco Central foi instituído como instrumento de coordenação do sistema financeiro nacional para estabilizar a inflação e o câmbio herdados do final do governo JK. Quanto ao desenvolvimento de setores estratégicos, há o destaque para o governo Geisel, que assume a presidência em 1974 e implanta o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). A implantação deste plano levou à criação de diversas hidroelétricas, desenvolvimento da produção de bens de capital e insumos básicos (matérias-primas, cimento, enxofre, metais não ferrosos, etc). A crise do petróleo e o fim de Bretton Woods limitaram os resultados do II PND e levaram a massiva intensificação da dívida externa, utilizada durante o governo militar para financiar o crescimento.

De acordo com Suzigan e Furtado (2006), as políticas industriais de JK até então ocupavam-se de construir setores com o Estado responsável pela infraestrutura, o capital externo pela indústria mais dinâmica e o capital nacional pelas indústrias tradicionais.

Houve a criação de instituições de planejamento, programas setoriais, regulamentações e financiamento, porém a coordenação de todo o aparato institucional era precária. Isso levou a distorções como concessão indiscriminada de subsídios, proteção aduaneira exagerada e insuficiente atenção na capacidade inovativa.

Durante o governo militar, não havia grandes preocupações com aspectos sociais, tanto que o arrocho salarial foi uma das formas utilizadas como contenção de inflação. Após a crise do petróleo, houve uma mudança na orientação ideológica do governo dos EUA, do keynesianismo ela retornou ao neoliberalismo devido às políticas de Ronaldo Reagan. Dentre essas políticas, estava a redução ao financiamento externo e isso impactou diretamente no Brasil, levando à crise da dívida externa. Com a alta inflação, a dificuldade de conseguir financiamento externo, o descontentamento crescente da população e consequente dificuldade no crescimento, o governo militar dá lugar ao processo de redemocratização.

A nova democracia é instaurada num período de predomínio internacional da teoria convencional e, nacionalmente, de ideias de afastamento das políticas usadas durante a ditadura. Além do afastamento ideológico, as dificuldades de financiamento externo e a hiperinflação levaram ao abandono das políticas industriais ativas, predominando, no lugar, políticas macroeconômicas de estabilização. Do governo Sarney até o final de FHC, a política industrial ficou submetida às ideias neoliberais, configurando o quarto contexto nacional de políticas industriais.

Como foi mencionado, para a teoria convencional, a política industrial deve ser utilizada com cautela, limitada a alguns setores e se recomenda que seja principalmente de caráter regulatório, deixando a produção ao ente privado – a conhecida política industrial passiva. Tal postura já é verificada no governo Sarney, em que há um abandono da política industrial ativa, ela avança nos governos da década de 90 com a grande onda de privatizações e criação das agências reguladoras, como a ANATEL, a ANP e a ANVISA (SUZIGAN e FURTADO, 2006).

Acreditava-se que a entrada de investimentos externos traria rotinas modernizantes e levaria a indústria brasileira a se tornar competitiva internacionalmente, porém os principais fluxos desses investimentos foram de fusões e aquisições, não trazendo novas rotinas à economia e mantendo a economia predominantemente primária exportadora no comércio internacional (IORIS e IORIS, 2013).

Devido ao persistente desemprego durante a década de 1990, à frustração da modernização industrial e ao baixo crescimento econômico, o neoliberalismo foi perdendo espaço e em 2002, com um histórico de lutas sindicais, Lula foi eleito presidente.

Apesar de ser de uma orientação divergente da então presente, Lula não rompeu totalmente com as políticas anteriores, utilizando ainda as taxas de juros para a estabilização e alguns outros mecanismos. O novo governo, no entanto, apresentava uma preocupação social maior que o anterior. Houve a criação e intensa ampliação de programas sociais, como o Prouni e o Bolsa Família (CORDEIRO, 2014).

Nesse recente período, a política industrial retornou como ativa, apesar de não ser tão intensa como nos períodos de Vargas, de JK e dos militares. O reaparecimento das políticas industriais ocorre através dos planos Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). O PAC foi voltado principalmente às obras de infraestrutura e, segundo Silva *et al.* (2016), auxiliou a manter a taxa de crescimento dos estados no período da crise de 2008. A PITCE, diferente das políticas industriais anteriores, buscava uma maior inserção internacional da produção brasileira, porém, sem diretrizes claras, não apresentou incentivos à inovação na grande indústria, nem privilegiou setores para a exportação com alto valor agregado, sendo considerada um fracasso (CORONEL *et al.*, 2014). Apesar de seu desempenho, a PITCE trouxe um foco na inovação, representou a superação do viés pró política industrial passiva e reconheceu a necessidade de uma nova organização para a coordenação da política, mesmo sendo vítima da falta de coordenação entre ela e a política macroeconômica (SUZIGAN e FURTADO, 2006).

Baseada na PITCE, a PDP teve seu início em maio de 2008 com o objetivo de crescimento econômico pelo setor secundário. Coronel *et al.* (2014), afirma que devido a crise de 2008, o governo acelerou a implantação da PDP, que, entre outras medidas, continha redução tributária e financiamento, que contribuiria para o aumento da produção e exportação de bens de baixa e média intensidade tecnológica.

Dando continuidade ao contexto Retorno, o governo Dilma lança o Plano Brasil Maior em 2011 com o objetivo de aumentar a competitividade internacional. De acordo com Pelaez *et al.* (2017), O plano, no entanto, teve resultados limitados pois o Brasil continuou perdendo espaço nas exportações para todo o mundo, a exceção dos produtos alimentícios. A política macroeconômica continuou voltada a estabilização, como desde o

período liberal, e a falta de coordenação institucional prejudicaram o crescimento e a modernização que poderiam vir com o Plano Brasil Maior.

Pelo exposto, torna-se possível concluir que as ideias sobre política industrial possuem uma influência decisiva no uso e desenho desse tipo de política. Dependendo da orientação ideológica e do contexto histórico ao qual o governo está inserido, as políticas industriais mudam radicalmente.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A partir das exposições conceituais, foi verificado que os temas política industrial, mudança tecnológica e inovação não apresentam um consenso e, dependendo do posicionamento teórico, as sugestões dadas para alcançar o desenvolvimento econômico podem se diferenciar totalmente. Também foi visto que as políticas e a organização industrial, bem como a inovação e estrutura das instituições são temas visceralmente relacionados ao desenvolvimento. A verificação de como são abordados esses temas se torna importante tanto para expor que não há uma única forma de abordar esses temas, como para mapear como eles estão sendo abordados pelos atuais economistas.

Para verificar a forma de tratamento dos temas inovação, mudanças tecnológicas e políticas industriais estão sendo abordados, foram escolhidos os artigos da *Revista de Economia Política* que foram classificados como L e O na classificação JEL. O sistema JEL de classificação é um padrão de tabulação de temas usado em diversos tipos de publicações econômicas, várias revistas utilizam esse sistema, dentre elas a *Revista de Economia Política*. A classificação "O" trata dos temas desenvolvimento econômico, inovação, mudança tecnológica e crescimento, a classificação "L" trata de organização industrial.

A classificação JEL foi criada pela revista *Journal of Economic Literature*, revista americana que começou a ser publicada em 1969, e abrange os temas referentes a literatura econômica, classificando-os das letras A até R e depois Y e Z. A classificação segue uma ordem hierárquica de temas mais abrangentes para mais específicos. Para explicitar essa ordem temos a letra L, que trata dos temas de organização industrial, dentro do L, temos o L8, com o tema “estudo de indústrias: serviços”, dentro do L8, último subconjunto da classificação, existe o L86, serviços de informação e internet, softwares de computador.

Os assuntos abrangidos pelo L apresentam uma grande especificidade a partir do L6, servido como uma letra para classificar artigos que descrevem indústrias específicas, porém isso não retira a abrangência de alguns temas dentro do L, como L52. Segue abaixo a tabela com a classificação L:

Tabela 1 – L. Organização Industrial

L00 Geral
L1 Estrutura de Mercado, Estratégia Firme e Desempenho do Mercado

L10 Geral

L11 Produção, Preços e Estrutura de Mercado • Distribuição de Tamanho de Empresas

L12 Monopólio • Estratégias de Monopolização

L13 Oligopólio e outros mercados imperfeitos

L14 Relações Transacionais • Contratos e Reputação • Redes

L15 Informação e Qualidade do Produto • Padronização e Compatibilidade

L16 Organização Industrial e Macroeconomia: Estrutura Industrial e Mudança Estrutural • Índices de Preços Industriais

L17 Produtos e mercados de código aberto

L19 Outros

L2 Objetivos, organização e comportamento da empresa

L20 Geral

L21 Objetivos de Negócios da Empresa

L22 Organização Firma e Estrutura de Mercado

L23 Organização de Produção

L24 Contratação • Joint Ventures • Licenciamento de Tecnologia

L25 Desempenho da empresa: tamanho, diversificação e alcance

L26 Empreendedorismo

L29 Outros

L3 Organizações sem fins lucrativos e empresa pública

L30 Geral

L31 Instituições sem fins lucrativos • ONGs • Empreendedorismo social

L32 Empresas Públicas • Empresas Público-Privadas

L33 Comparação de empresas públicas e privadas e instituições sem fins lucrativos • Privatização • Contratação fora

L38 Política Pública

L39 Outros

L4 Problemas e políticas antitruste

L40 Geral

L41 Monopolização • Práticas Anticompetitivas Horizontais

L42 Restrições verticais • Manutenção de preços de revenda • Descontos de quantidade

L43 Monopólios legais e regulamentação ou desregulamentação

<p>L44 Política antitruste e empresas públicas, instituições sem fins lucrativos e organizações profissionais</p> <p>L49 Outros</p>
<p>L5 Regulamento e Política Industrial</p> <p>L50 Geral</p> <p>L51 Economia do Regulamento</p> <p>L52 Política industrial • Métodos de planejamento setorial</p> <p>L53 Enterprise Policy</p> <p>L59 Outros</p>
<p>L6 Estudos da indústria: fabricação</p> <p>L60 Geral</p> <p>L61 Metais e produtos metálicos • Cimento • Vidro • Cerâmica</p> <p>L62 Automóveis • Outros equipamentos de transporte • Peças e equipamentos relacionados</p> <p>L63 Microelectronics • Computadores • Equipamento de comunicação</p> <p>L64 Outras máquinas • Equipamento de negócios • Armamentos</p> <p>L65 Química • Borracha • Drogas • Biotecnologia • Plásticos †</p> <p>L66 Alimentação • Bebidas • Cosméticos • Tabaco • Vinho e bebidas espirituosas</p> <p>L67 Outros Consumidores Nondurables: Roupas, Têxteis, Calçados e Artigos de Couro; Bens domésticos; Equipamentos esportivos</p> <p>L68 Eletrodomésticos • Móveis • Outros bens do consumidor</p> <p>L69 Outros</p>
<p>L7 Estudos da Indústria: Produtos Primários e Construção</p> <p>L70 Geral</p> <p>L71 Mineração, Extração e Refinação: Combustíveis de hidrocarbonetos</p> <p>L72 Mineração, Extração e Refinação: Outros Recursos Não Renováveis</p> <p>L73 Produtos Florestais</p> <p>L74 Construção</p> <p>L78 Política do Governo</p> <p>L79 Outros</p>
<p>L8 Industry Studies: Serviços</p> <p>L80 Geral</p> <p>L81 Comércio a retalho e atacado • comércio eletrônico</p> <p>L82 Entretenimento • Mídia</p>

L83 Esportes • Jogos de azar • Restaurantes • Recreação • Turismo

L84 Pessoal, profissional e serviços empresariais

L85 Serviços Imobiliários

L86 Informações e Serviços de Internet • Software de Computador

L87 Serviços de entrega e entrega

L88 Política do governo

L89 Outros

L9 Estudos da Indústria: Transportes e Utilidades

L90 Geral

L91 Transporte: Geral

L92 Ferrovias e outros transportes de superfície

L93 Transporte Aéreo

L94 Electric Utilities

L95 Gas Utilities • Pipelines • Water Utilities

L96 Telecomunicações

L97 Utilitários: Geral

L98 Política do governo

L99 Outros

Fonte: <https://www.aeaweb.org/econlit/jelCodes.php?view=jel&print#L>

Dentro do espaço amostral, que será mostrado na seção 5.1, podemos perceber que a classificação O é mais utilizada, provavelmente em virtude da abrangência dos temas contidos. Segue abaixo a tabela com a classificação O:

Tabela 2 – O. Desenvolvimento Econômico, Inovação, Mudança Tecnológica e Crescimento

O1 Desenvolvimento Econômico

O10 Geral

O11 Análises Macroeconômicas de Desenvolvimento Econômico

O12 Análises Microeconômicas de Desenvolvimento Econômico

O13 Agricultura • Recursos naturais • Energia • Meio ambiente • Outros produtos primários

O14 Industrialização • Indústrias de Manufatura e Serviços • Escolha de Tecnologia

O15 Recursos Humanos • Desenvolvimento Humano • Distribuição de Renda •

Migração

O16 Financial Markets • Saving e investimento de capital • Finanças corporativas e governança

O17 Setores formais e informais • Economia das sombras • Arranjos institucionais

O18 Análise Urbana, Rural, Regional e de Transporte • Habitação • Infraestrutura

O19 Ligações internacionais para o desenvolvimento • Papel das organizações internacionais

O2 Planejamento e Política de Desenvolvimento

O20 Geral

O21 Modelos de Planejamento • Política de Planejamento

O22 Análise do Projeto

O23 Política Fiscal e Monetária em Desenvolvimento

O24 Política comercial • Política do movimento do fator • Política cambial

O25 Política Industrial

O29 Outros

O3 Inovação • Pesquisa e Desenvolvimento • Mudança Tecnológica • Direitos de Propriedade Intelectual

O30 Geral

O31 Inovação e Invenção: Processos e Incentivos

O32 Gestão da Inovação Tecnológica e I & D

O33 Mudança tecnológica: escolhas e consequências • Processos de difusão

O34 Propriedade Intelectual e Capital Intelectual

O35 Inovação social

O38 Política do Governo

O39 Outros

O4 Crescimento econômico e produtividade agregada

O40 Geral

O41 Um, dois e modelos de crescimento multissetorial

O42 Modelos de crescimento monetário

O43 Instituições e Crescimento

O44 Ambiente e Crescimento

O47 Estudos empíricos do crescimento econômico • Produtividade agregada • Convergência de resultados entre países

O49 Outros

O5 Estudos nacionais de âmbito econômico

O50 Geral

O51 EUA • Canadá

O52 Europa

O53 Ásia incluindo o Oriente Médio

O54 América Latina • Caribe

O55 África

O56 Oceania

O57 Estudos Comparados dos Países

Fonte: <https://www.aeaweb.org/econlit/jelCodes.php?view=jel&print#O>

É importante observar que não necessariamente um assunto recebe apenas um código. O tema política industrial, por exemplo, se repete nos códigos O25, L5 e L52, podendo ser classificado em cada um dos 3 simultaneamente.

A partir de 2005 a *Revista de Economia Política* (REP) começou a utilizar o sistema JEL em seus artigos publicados, auxiliando pesquisas futuras devido à facilidade da busca de temas específicos. Além disso, a REP foi escolhida por ser uma revista nacional não restrita a um único ponto de vista; ela é disponibilizada sem custo em site próprio, apresenta uma periodicidade trimestral constante de publicação e é consolidada na Academia.

A trimestralidade de publicação é uma característica presente na REP desde sua fundação por Celso Furtado em 1981 sendo o desenvolvimento econômico um dos diversos temas de interesse da revista. Há uma abundância considerável de abordagens em suas publicações, podemos encontrar textos de tendências novos desenvolvimentistas, como “Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico” de Bresser-Pereira (2016); marxistas, como “On the Brazilian ground-rent appropriated by landowners” de Grinberg (2015); institucionalistas, “Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorsten Veblen e Douglass North” de Lopes (2013); desenvolvimentistas, “The structuralist tradition in economics: methodological and macroeconomics aspects” de Missio et. al (2015); evolucionárias, “National Innovation System and external constraint on growth” de Resende e Torres (2015); e convencionais, “A formação distorcida de preços administrados na experiência brasileira recente” de Barrionuevo (2015). A diversidade da

REP faz com que os conteúdos publicados não fiquem restritos a um grupo, mostrando de forma mais realista a forma das análises econômicas predominantes no Brasil. A frequência da publicação também faz com que mais pontos de vistas sejam publicados.

Para esta pesquisa, foram recolhidos 66 artigos publicados nos últimos 4 anos (2013-2016) classificados nos seguintes temas: desenvolvimento econômico, inovação, mudança tecnológica, crescimento e organização industrial. Acredita-se que seja um número suficiente para servir como amostra do pensamento econômico atual sobre esses assuntos. A escolha para mais de um ano se justifica como uma forma de minimizar eventuais tendências presentes em um período curto que não refletissem o pensamento econômico contemporâneo (“outliers” de publicações).

A partir da leitura dos artigos, foi possível classificá-los de acordo com a forma de abordagem: analítica e estudo de caso, quando o texto estuda um setor específico ou uma condição específica com base em teorias principalmente, ou seja, textos de base teórica; histórica e revisão histórica, quando o texto estuda uma situação ou um conjunto de situações embasando-se em fenômenos históricos ou descreve um momento histórico; metaliteratura, quando o texto critica um livro, autor(a) ou pensamento econômico, faz comparações e contribuições a um ou mais pensamentos econômicos. É importante frisar que as formas não são excludentes entre si, um texto pode ser classificado em uma, duas ou até nas 3 formas de abordagem.

5.1 ESPAÇO AMOSTRAL

O espaço amostral desta pesquisa é composto por 66 artigos coletados das publicações da *Revista de Economia Política* de 2013 a 2016. Os artigos escolhidos foram os classificados com as letras O e/ou L de acordo com a classificação JEL. Segue abaixo tabela com o espaço amostral:

Tabela 3 – Artigos utilizados

Ano	Título	Autores	O	L
2013	Germany's socio-economic model and the Euro crisis	Michael Dauderstädt	52	
2013	Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro	Lauro Mattei	10	
2013	Taxa de câmbio, exportações e	Michele Polline	24	

	crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil	Veríssimo; Clésio Lourenço Xavier		
2013	Education and development projects in Brazil (1932-2004): Political economy perspective	Bernardo Stuhlberger Wjuniski	15	
2013	Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais	Maria de Lourdes Rollemberg Mollo; Pedro Cezar Dutra Fonseca	11 ; 23	
2013	Causação circular do crescimento das economias em desenvolvimento: uma ponte entre as abordagens evolucionária e pós keynesiana	Daniela Almeida Raposo Torres; Marco Flávio da Cunha Resende	40; 43	
2013	Ignacy Sachs e a nave espacial Terra	Luiz Carlos Bresser-Pereira	10; 20	
2013	Assessing development and the idea of development in the 1950s in Brazil	Rafael rossotto ioris; Antonio Augusto rossotto ioris	14; 25; 54	52
2013	Brazil: an economy caught in a financial trap (1993-2003)	Bibiana Medialdea	11; 16	
2013	Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil	André Moreira Cunha; Marcos Tadeu Caputi Lelis; Flavio Benevett Fligenspan	14	
2013	The grab of the world's land and water resources	Franklin Obeng-Odoom;	13	
2013	La estructura económica del (sub)desarrollo y el equilibrio general o ¿qué ocurrió con la teoría del desarrollo y con las estructuras económicas?	Fidel Aroche Reyes	10; 14; 40	
2013	Liberal versus neo-developmental	André Nassif;	1; 2; 5	

	convention to growth: Why has Brazil shown a poor performance since the 1980s	Carmem Feijó		
2013	Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North	Herton Castiglioni Lopes	10; 43	
2014	On high interest rates in Brazil	Francisco Lafaiete Lopes	11	
2014	Democracia consolidada e tamanho do Estado	Felipe Scudeler Salto	43	
2014	Public management, policy capacity, innovation and development	Erikki Karo; Rainer Kattel	25	
2014	Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico	Daniel Arruda Coronel; André Filipe Zago de Azevedo; Antônio Carvalho Campos	14	
2014	Industrialization in Sub-Saharan Africa and import substitution policy	Ana Paula F. Mendes; Mário A. Bertella; Rudolph F. A. P. Teixeira	25	
2014	A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global	Gilmar Masiero; Diego Bonaldo Coelho	21; 25	
2014	Políticas productivas y competitividad industrial. El caso de Argentina y Brasil	Marta Bekerman; Gonzalo Dalmaso	14	
2014	Alice Amsden's impact on Latin America	Helen Shapiro; Juan Carlos Moreno-Brid	1; 12	
2014	Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo	Rui Mesquita Cordeiro	54	
2014	Price synchronization in retailing:	Marcelo Resende;		11; 81

	some empirical evidence	Rodrigo Zeidan; Gabriel P. Rega		
2014	Effects of overvaluation and exchange rate volatility over industrial investment: Empirical evidence and economic policy proposals for Brazil	José Luis Oreiro; Flavio A.C.Basilio; Gustavo J.G. Souza	11	
2014	Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento	Flávio Vilela Vieira; Ana Paula Avellar; Michele Polline Veríssimo	40	16
2014	O Brasil pode repetir o milagre econômico?	Fernando de Holanda Barbosa; Fernando de Holanda Barbosa Filho	40; 47	
2014	Update analysis on the international crisis and its impact on the Mexican economy	Juan Carlos Moreno- Brid; Carlos Alberto Fraga-Castillo	1	
2014	Just how capitalist is China?	Tiago Nasser Appel		32
2015	Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos	Carlos Aguiar de Medeiros; Maria Rita Vital Paganini Cintra	1; 5	
2015	Institutions, credibility and crisis:the inconsistencies of Argentine exchange rate policy (1991-2006)	Nicolás Cherny	24	
2015	The developmental state in Brazil: comparative and historical perspectives	Ben Ross Schneider	14; 25; 54	
2015	Crawling up the value chain: domestic institutions and non-traditional foreign direct investment in Brazil, 1990-2010	Patrick J. W. Egan	3	2
2015	The structuralist tradition in	Fabrcio Missio;	12	

	economics: methodological and macroeconomics aspects	Frederico G. Jayme Jr.; José Luís Oreiro		
2015	Globalization and democracy	Deepak Nayyar	10; 19; 23	
2015	Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento	Wilson Cano	25	
2015	O enigma da política industrial no Brasil	José Tavares de Araujo Jr.		52
2015	A formação distorcida de preços administrados na experiência brasileira recente	Arthur Barrionuevo		11; 38; 94; 96; 97; 98
2015	Preços administrados e discricionariedade do Executivo	Paulo Furquim de Azevedo		32
2015	Rethinking “energy nationalism”: a study of the relationship between nation states and companies in the oil industry	Noele De Freitas Peigo; José Augusto Gaspar Ruas		71
2015	Desindustrialização e o investimento em infraestrutura como instrumento conciliador de uma política industrial base no Brasil	Marwil Jhonatan Dávila-Fernández	21; 25	
2015	Why budget accountability fails? The elusive links between parliaments and audit agencies in the oversight of the budget	Carlos Santiso	54	
2015	Desempenho e fragmentação da indústria de alta tecnologia do Mercosul	Camila do Carmo Hermida; Ana Paula Macedo de Avellar; Clésio Lourenço Xavier; Marisa dos Reis Azevedo Botelho	14; 19	

2015	From restrained golden age to creeping platinum age: A periodization of Latin American development in the Robinsonian tradition	Matías Vernengo	11; 54	
2015	Política cambial no Brasil: um esquema analítico	Pedro Rossi	24	
2015	Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter- Keynes – Minsky approach	Leonardo Burlamaqui	1; 33; 38	
2015	O debate desenvolvimentista: reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas	Maria de Lourdes Rollemberg Mollo	10	
2015	On the Brazilian ground-rent appropriated by landowners	Nicolas Grinberg	1	
2015	Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil	Henrique Cavaliere; Ricardo Lobato Torres		16
2016	Crescimento clássico e crescimento retardatário: um novo enfoque para políticas de desenvolvimento	João Paulo de Almeida Magalhães	1	
2016	Nature of the state economic expanded functions in the Brazilian economy	Niemeyer Almeida Filho	54; 10	
2016	Assessing the dynamics of terms of trade in a model of cumulative causation and structural change	Ricardo Azevedo Araújo	19	
2016	On the creative economy chain in Brazil: potential and challenges	Anita Kon	0; 2	
2016	Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico	Luiz Carlos Bresser-Pereira	59	
2016	A inércia estrutural da base	Tulio Chiarini	10; 30;	

	produtiva brasileira: o IDE e a transferência internacional de tecnologia		33	
2016	Testing the models of transition in practice: the case-studies of Estonia and Slovenia	Viljar Veebel; AndraNamm	57	
2016	Sectoral capabilities and productive structure: An input-output analysis of the key sectors of the Brazilian economy	Guilherme R. Magacho; Igor L. Rocha; Nelson Marconi	11	16
2016	A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial	André Nassif; Carmem Feijó; Luiz Carlos Bresser-Pereira	1; 23; 24; 25	
2016	The sources for orthodox and heterodox trade and industrial policies in Brazil	Jan-Ulrich Rothacher		52; 62; 66
2016	Notas críticas sobre O Capital no século XXI de Thomas Piketty	Marcel Guedes Leite; Rosa Maria Marques	15	
2016	Desalinhamento cambial, volatilidade cambial e crescimento econômico: uma análise para a economia brasileira (1995-2011)	Aderbal Oliveira Damasceno; Flávio Vilela Vieira	40	
2016	A taxa de câmbio como instrumento do desenvolvimento econômico	Lauro Mattei; Thaís Scaramuzzi	14; 24; 25	
2016	National Innovation System and external constraint on growth	Daniela Almeida Raposo Torres; Marco Flávio da Cunha Resende	44	
2016	The role of transnational corporations in the international insertion of Brazilian manufactures in the context of productive	Adriano José Pereira; Ricardo Dathein	14	10

	restructuring			
2016	O novo desenvolvimentismo: uma contribuição institucionalista	Herton Castiglioni Lopes	11; 43	
2016	Investimentos em infraestrutura de transportes e desigualdades regionais no Brasil: uma análise dos impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	Guilherme Jonas Costa da Silva; Henrique Dantas Neder; Humberto Eduardo de Paula Martins	40	

Para uma análise mais detalhada de inovação e políticas industriais foram selecionados códigos dentro da classificação L e O que tratam especificamente de política industrial e inovação ou de temas muito próximo, como industrialização, mudança tecnológica, estrutura industrial e política de governo. Segue abaixo a tabela com os códigos específicos sobre esses assuntos:

Tabela 4 – Códigos específicos

O14 Industrialização • Indústrias de Manufatura e Serviços • Escolha de Tecnologia
O25 Política Industrial
O3 Inovação • Pesquisa e Desenvolvimento • Mudança Tecnológica • Direitos de Propriedade Intelectual
O33 Mudança tecnológica: escolhas e consequências • Processos de difusão
O38 Política do Governo
L1 Estrutura de Mercado, Estratégia Firme e Desempenho do Mercado
L10 Geral
L16 Organização Industrial e Macroeconomia: Estrutura Industrial e Mudança Estrutural • Índices de Preços Industriais
L52 Política industrial • Métodos de planejamento setorial

6 RESULTADOS ENCONTRADOS

Nesta parte será mostrado os resultados encontrados a partir da pesquisa realizada. De 2013 a 2016, a *Revista de Economia Política* publicou 166 artigos, sendo 66, quase 40%, classificados como L ou O pela tabela JEL. Pode-se ver que desenvolvimento econômico, inovação, mudança tecnológica, crescimento e organização industrial são temas extremamente relevantes ao debate econômico.

Desses 66 artigos, 31 foram escritos em inglês e 2 em espanhol. Isso não quer dizer que todo o texto escrito em língua estrangeira tenha sido escrito por autores estrangeiros, por exemplo o artigo "National Innovation System and external constraint on growth", de 2016, foi escrito por Daniela Almeida Raposo Torres e Marco Flávio da Cunha Resende, ambos brasileiros.

Dentro do espaço amostral, foi possível encontrar 23 artigos classificados com os códigos específicos da tabela 4, listados abaixo:

Tabela 5 – Os 23 artigos

Título	Autores	O	L	Forma
Assessing development and the idea of development in the 1950s in Brazil	Rafael rossotto Ioris; Antonio Augusto Rossotto Ioris	14; 25; 54	52	histórico
Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil	André Moreira Cunha; Marcos Tadeu Caputi Lelis; Flavio Benevett Fligenspan	14		analítico; histórico
La estructura económica del (sub)desarrollo y el equilibrio general o ¿qué ocurrió con la teoría del desarrollo y con las estructuras económicas?	Fidel Aroche Reyes	10; 14; 40		histórico; metaliteratura
Public management, policy capacity, innovation and development	Erikki Karo; Rainer Kattel	25		histórico
Política industrial e desenvolvimento econômico:	Daniel Arruda Coronel; André Filipe Zago de	14		histórico; metaliteratura

a reatualização de um debate histórico	Azevedo; Antônio Carvalho Campos			
Industrialization in Sub-Saharan Africa and import substitution policy	Ana Paula F. Mendes; Mário A. Bertella; Rudolph F. A. P. Teixeira	25		histórico
A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global	Gilmar Masiero; Diego Bonaldo Coelho	21; 25		histórico
Políticas productivas y competitividad industrial. El caso de Argentina y Brasil	Marta Bekerman; Gonzalo Dalmasso	14		histórico
Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento	Flávio Vilela Vieira; Ana Paula Avellar; Michele Polline Veríssimo	40	16	analítico
The developmental state in Brazil: comparative and historical perspectives	Ben Ross Schneider	14; 25; 54		histórico
Crawling up the value chain: domestic institutions and non-traditional foreign direct investment in Brazil, 1990-2010	Patrick J. W. Egan	3	2	histórico
Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento	Wilson Cano	25		histórico
O enigma da política industrial no Brasil	José Tavares de Araujo Jr.		52	histórico
Desindustrialização e o investimento em infraestrutura como	Marwil Jhonatan Dávila-Fernández	21; 25		histórico; metaliteratura

instrumento conciliador de uma política industrial base no Brasil				
Desempenho e fragmentação da indústria de alta tecnologia do Mercosul	Camila do Carmo Hermida; Ana Paula Macedo de Avellar; Clésio Lourenço Xavier; Marisa dos Reis Azevedo Botelho	14; 19		histórico; metaliteratura
Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter- Keynes – Minsky approach	Leonardo Burlamaqui	1; 33; 38		histórico
Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil	Henrique Cavaleri; Ricardo Lobato Torres		16	metaliteratura
A inércia estrutural da base produtiva brasileira: o IDE e a transferência internacional de tecnologia	Tulio Chiarini	10; 30; 33		histórico
Sectoral capabilities and productive structure: An input-output analysis of the key sectors of the Brazilian economy	Guilherme R. Magacho; Igor L. Rocha; Nelson Marconi	11	16	analítico; histórico
A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial	André Nassif; Carmem Feijó; Luiz Carlos Bresser-Pereira	1; 23; 24; 25		analítico
The sources for orthodox and heterodox trade and industrial policies in Brazil	Jan-Ulrich Rothacher		52; 62; 66	histórico
A taxa de câmbio como instrumento do	Lauro Mattei; Thaís Scaramuzzi	14; 24; 25		analítico; histórico

desenvolvimento econômico				
The role of transnational corporations in the international insertion of Brazilian manufactures in the context of productive restructuring	Adriano José Pereira; Ricardo Dathein	14	10	histórico

A última coluna da tabela trata da forma de abordagem de cada texto selecionado; são os modos utilizados pelos autores para expor ou justificar suas ideias apresentadas nos artigos. Podemos identificar 3 formas: analítico e estudo de caso; histórico e revisão histórica; e metaliteratura. Sendo possível utilizar mais de uma forma em um mesmo artigo, como no texto "Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil" de Cunha *et al.* (2013), classificado como histórico e analítico. É importante frisar que não basta apenas o autor citar brevemente um momento histórico, para ser classificado como histórico, mas precisa utilizar efetivamente a história para desenvolver as ideias propostas no artigo, o mesmo é válido para as formas analítica e metaliterária.

Como mencionado ao final do capítulo anterior, podemos definir cada forma de abordagem da seguinte maneira: analítica e estudo de caso, quando o texto estuda um setor específico ou uma condição específica principalmente com base em teorias, ou seja, textos de base teórica; histórica e revisão histórica, quando o texto estuda uma situação ou um conjunto de situações embasando-se em fenômenos históricos ou descreve um momento histórico; metaliteratura, quando o texto critica um livro, autor(a) ou pensamento econômico, faz comparações e contribuições a um ou mais pensamentos econômicos.

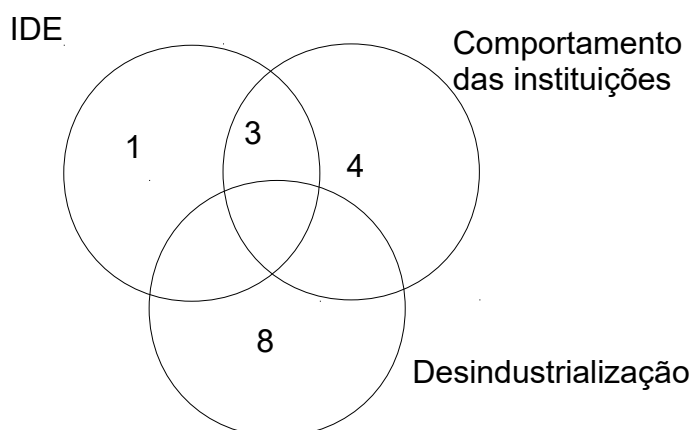
Dos 23 textos, com ou sem outras formas de abordagem conjuntamente, 20 são histórico, 5 são analíticos e 5 são metaliterários. Dos 20 históricos, 11 partem dos acontecimentos da década de 80 ou posterior. Ao verificar esses 11, 4 tratam sobre investimento direto externo (IDE), em sua maioria afirmando que o IDE não necessariamente moderniza a produção industrial, como esperava o governo brasileiro na década de 1990, mas a estrutura produtiva já existente e a estratégia dos investidores estrangeiros são determinantes para a modernização através do IDE. Os textos de Pereira e Dathein (2016) e Egan (2015) são exemplos de artigos concordantes com a afirmação anterior.

O comportamento das instituições também se torna um tema recorrente nos 11 textos que tratam de acontecimentos a partir da década de 1980. Seis textos dos 11 tratam desse assunto, 3 deles tratando conjuntamente sobre o IDE. No entanto, enquanto o IDE se restringe aos textos referentes à década de 80 em diante, o comportamento das instituições é um assunto que já se torna presente em discussões que fazem referência a períodos anteriores. Considerando os 23 textos classificados com os temas específicos, é possível identificar que em 7 deles o comportamento das instituições é abordado. Desses 7, quatro afirmam que é necessário existir coerência e coordenação entre as instituições para qualquer política industrial se tornar efetiva. Como exemplo, Tavares de Araújo Júnior (2015) mostra que as tarifas *anti-dumping* brasileiras, utilizadas largamente pelos oligopólios para garantia de lucros extraordinários, e os PPBs, processos produtivos que uma empresa precisa seguir para ter isenções fiscais, acabam por tornar inócuas as ações para garantir competitividade, mesmo sendo geradas por órgãos competentes como BNDES.

Os outros 3 textos que tratam de comportamento das instituições, mas não apontam sobre a necessidade de coerência, não negam essa necessidade. “The sources for orthodox and heterodox trade and industrial policies in Brazil” (ROTHACHER, 2016), “The role of transnational corporations in the international insertion of Brazilian manufactures in the context of productive restructuring” (PEREIRA e DATHEIN, 2016) e “A inércia estrutural da base produtiva brasileira: o IDE e a transferência internacional de tecnologia” (CHIARINI, 2016) tratam como o comportamento de multinacionais afeta a política econômica, o primeiro acaba tratando mais da influência na formulação das políticas, enquanto os dois últimos tratam do comportamento dessas empresas, dado uma política preexistente.

O tema que mais aparece nos 23 artigos citados é a desindustrialização, com 8 artigos que tratam sobre esse tema. A desindustrialização discutida é a desindustrialização negativa, que é a perda de dinamismo do setor industrial. Diferente do tema “comportamento das instituições”, não há um consenso sobre o tema. Alguns textos afirmam que o Brasil está sofrendo atualmente um processo desindustrialização, outros não, há também quem critica os indicadores usados para medir essa desindustrialização e, dentro dos que afirmam a desindustrialização, há divergências quanto a suas principais causas. A figura abaixo ilustra a divisão dos 3 assuntos mais tratados nos 23 textos.

Figura 1 – Assuntos dos 23 artigos

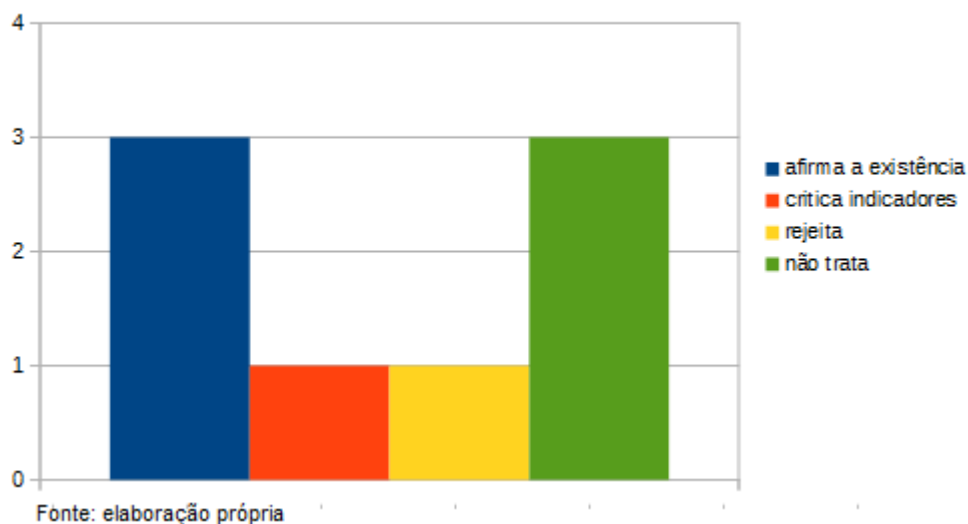


Fonte: elaboração própria

Dos 8 artigos, 5 tratam sobre doença holandesa, 3 afirmando a existência da doença, 1 rejeitando e 1 criticando os indicadores usados para verificar essa existência.

A doença holandesa é um conceito novo desenvolvimentista que, segundo um dos artigos, é um problema causado pelos rendimentos de vantagens comparativas em recursos naturais, que aumentam a entrada moeda estrangeira, levando à sobrevalorização cambial. A sobrevalorização prejudica a produção industrial nacional devido aos baixos preços de importação, levando a desindustrialização. Para medir a desindustrialização e a doença holandesa são utilizados indicadores do valor agregado dos produtos exportados, que no caso de recursos naturais seria baixo, e do valor agregado dos produtos importados, que, enquanto produtos industrializados, seria alto (MARCONI *et al.*, 2016). Também para medir desindustrialização são utilizados indicadores de participação relativa da indústria no PIB e a razão entre o valor total industrial e o valor das vendas brutas da indústria (VTI/VTBI) (CAVALIERI e TORRES, 2015). O gráfico abaixo mostra, dentro dos artigos de desindustrialização, o posicionamento sobre a doença holandesa.

Gráfico 1 - Posicionamento sobre doença holandesa



As críticas aos indicadores de desindustrialização são mostradas no texto de Cavalieri e Torres (2015), no qual o valor total industrial não é uma boa medida para comparações no tempo e entre setores, pois, além da produtividade, a própria valorização da taxa de câmbio pode aumentar o VTI quando uma empresa utiliza vários insumos importados. No caso da comparação entre setores, a indústria farmacêutica apresenta um VTI maior que a automobilística, porém utiliza muito mais insumos importados. Referente à porcentagem industrial do PIB, Cavalieri e Torres (2015) afirmam que com a terceirização, diversos serviços foram retirados da contabilidade interna da indústria e adicionados como contração de serviços, mesmo não diminuindo o nível de produção industrial.

Hermida *et al.* (2015), tratando da inserção internacional dos países do Mercosul, mostra que apenas considerar o valor agregado dos produtos exportados não reflete as condições produtivas do país pois, no caso de indústrias de alto valor agregado, o Mercosul apresenta um caráter de montador, importando e exportando produtos de alto valor agregado.

Rejeitando a existência da doença holandesa no Brasil, Cunha *et al.* (2013) relembra que a industrialização brasileira foi majoritariamente voltada ao comércio interno e que a modernização da produção geralmente foi pela importação de maquinário, que são produtos de alto valor agregado. Conforme a indústria brasileira cresce, aumenta a necessidade de importar bens de capital e bens intensivos em tecnologia, configurando-se no modelo de crescimento com restrição externa e não uma doença holandesa. Cunha *et al.* (2013), no entanto, não descarta a ameaça de desindustrialização caso, entre outras

medidas, políticas industriais ativas e intensas com foco na inovação e modernização da infraestrutura forem deixadas de lado e caso a indústria nacional não consiga mais atender as demandas internas com o passar do tempo.

Essa abordagem, do crescimento limitado pelas restrições externas, é um modelo defendido pela escola desenvolvimentista, uma escola presente em diversos textos dos 66 artigos do espaço amostral dessa pesquisa. Dentro dos 8 artigos sobre desindustrialização, 3 deles utilizam a abordagem desenvolvimentista, o texto de Cunha *et al.* (2013), de Dávila-Fernández (2015) e o de Reyes (2013). Esta segunda publicação afirma que a causa da desindustrialização é a precoce abertura internacional que os países da América Latina sofreram na década de 1990, quando a estrutura econômica não se encontrava suficientemente desenvolvida para competir a nível internacional. Dávila-Fernández (2015) também afirma que a desindustrialização começou na década de 1990, coincidindo com a abertura comercial e, diferente de Cunha *et al.* (2013), se aproxima dos novos desenvolvimentistas, ao afirmar que a desindustrialização se aprofundou na década de 2000.

Ao verificar os textos de desindustrialização, pode-se verificar que 4 textos apresentam tendências predominantemente novo desenvolvimentista, 3 desenvolvimentistas e 1 critica os indicadores utilizados, sem apresentar uma tendência clara de escola de pensamento.

Outros temas que aparecem nos 23 textos selecionados são as políticas industriais da China, África, dos 2 governos Vargas e do governo JK. Também há descrições das ideias de políticas industriais com uma revisão histórica das políticas brasileiras e com uma breve revisão histórica do Terceiro Mundo, focando principalmente na América Latina.

6.1 FLEXIBILIZANDO A SELEÇÃO

Até agora foram apresentados os resultados da pesquisa conforme uma classificação rígida de códigos da tabela JEL. Flexibilizando esta seleção, de modo a incluir textos semelhantes aos 23 classificados, mas que não tinham os códigos específicos, podemos adicionar 7 novos artigos.

Tabela 6 – Flexibilização do critério

Título	Autores	O	L	Forma
Causação circular do crescimento das economias em desenvolvimento: uma ponte entre as abordagens evolucionária e pós keynesiana	Daniela Almeida Raposo Torres; Marco Flávio da Cunha Resende	40; 43		Analítico
Alice Amsden's impact on Latin America	Helen Shapiro; Juan Carlos Moreno-Brid	1; 12		metaliteratura
Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo	Rui Mesquita Cordeiro	54		histórico
Update analysis on the international crisis and its impact on the Mexican economy	Juan Carlos Moreno-Brid; Carlos Alberto Fraga-Castillo	1		histórico
Just how capitalist is China?	Tiago Nasser Appel		32	histórico
On the creative economy chain in Brazil: potential and challenges	Anita Kon	0; 2		analítico; histórico
Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico	Luiz Carlos Bresser-Pereira	59		metaliteratura

National Innovation System and external constraint on growth	Daniela Almeida Raposo Torres; Marco Flávio da Cunha Resende	44		analítico
--	---	----	--	-----------

Ao adicionar os 7 textos, não há grandes diferenças nos resultados encontrados, o que se inclui é uma discussão mais complexa dos sistemas de inovação nos países subdesenvolvidos, além de descrições de países, setores e ideias. São incluídas descrições sobre as ideias de Alice Amsden; sobre a atual situação mexicana; sobre a economia criativa no Brasil; sobre o novo desenvolvimentismo; sobre as estratégias nacionais de desenvolvimento na história do Brasil; e uma quarta descrição sobre as políticas industriais da China.

O grande interesse pela economia chinesa é plausível devido ao seu grande crescimento e modernização desde a última década até atualmente. Sumariamente, o que os textos encontram é que a presença estatal coordenada nos diversos âmbitos econômicos e sociais (infraestrutura, regulação, produção, financiamento, pesquisa, ensino, controle do IDE,...) foi decisiva para o desempenho chinês.

A discussão é incluída a partir dos textos “National Innovation System and external constraint on growth”, de Torres e Resende (2016) e “Causação circular do crescimento das economias em desenvolvimento: uma ponte entre as abordagens evolucionária e pós keynesiana”, de Resende e Torres (2013). O artigo “Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter- Keynes – Minsky approach”, de Burlamaqui (2015), utiliza de um arcabouço teórico semelhante, porém para descrever as políticas chinesas e, diferente, dos dois textos de Torres e Resende, apresenta mais dificuldade em se aproximar da realidade brasileira.

Torres e Resende (2013) e Resende e Torres (2016) explicam o modelo de crescimento com restrição externa e a deterioração dos termos de troca, através da abordagem de sistemas de inovação (SI). Os países latino-americanos possuem SIs imaturos e por isso dificilmente geram inovações, dependendo principalmente da importação para modernizar sua produção com pouquíssimos setores presentes na fronteira tecnológica. Conforme um país desenvolve seu sistema de inovação, maiores são as capacidades para gerar produtos de ponta. Como produtos de ponta são produzidos por muito poucos países e há demanda em diversas regiões, as restrições alfandegárias são mínimas, diferente de produtos de baixa tecnologia, em que vários

países possuem a possibilidade de produzir idênticos ou substitutos. Países com SI desenvolvido, como Alemanha, podem depender do comércio exterior para crescer, e, em virtude do próprio desenvolvimento do SI, o fluxo de entradas de capital sendo geralmente estável e de longo prazo, sua moeda se torna conversível, o que torna o crescimento apenas limitado pela demanda.

Ainda de acordo com Torres e Resende (2013) e Resende e Torres (2016), os países com SI imaturo não produzem bens com demandas internacionais estáveis, importam diversos produtos produzidos por países com SI maduro, o fluxo de capital é geralmente instável e de curto prazo, suas moedas, portanto, são inconversíveis, fazendo com que o crescimento seja limitado pela demanda e pelo fluxo de entrada de capitais.

Essa abordagem de SIs imaturos se encontra em concordância com a abordagem desenvolvimentista, porém não com a novo desenvolvimentista, a qual considera políticas voltadas ao mercado interno como não geradoras de dinamismo, apenas de endividamento externo. Para os novos desenvolvimentistas, a indústria nacional já se encontra madura, portanto, a política industrial não deve focar em pequenas empresas, mas na inovação e na competitividade internacional. De acordo com o novo desenvolvimentismo, a melhor política seria voltada a exportação e a busca pelos níveis produtivamente ótimos das taxas de câmbio, lucro, salários, juros e inflação, dessa forma, a doença holandesa seria neutralizada e a competitividade seria alcançada (BRESSER-PEREIRA, 2016).

7 CONCLUSÃO

A partir dos resultados encontrados pode-se concluir que em alguns pontos há certa unanimidade nas conclusões dos artigos selecionados. A necessidade de coordenação entre as instituições e a afirmação que o IDE não necessariamente moderniza a produção são exemplos dessa unanimidade. A desindustrialização, o tema mais abordado nos 30 textos selecionados (23 com classificações específicas + 7 com flexibilidade no critério de seleção), não apresenta essa unanimidade, longe disso, há um grande debate sobre suas causas, sobre a verificação do fenômeno e se no contexto industrial mais recente, o contexto “Retorno” (iniciado no governo Lula), houve desindustrialização ou não.

Outro tema abordado pelos 30 textos é a ideia da maturidade do sistema de inovação. É possível afirmar que os novos desenvolvimentistas consideram o sistema de inovação maduro, enquanto os desenvolvimentistas, não. Esse posicionamento acaba afetando diretamente a forma de analisar a desindustrialização e as políticas recomendadas para lidar com tal problema. Pelos novos desenvolvimentistas, a desindustrialização ocorreu no último contexto industrial, contexto “Retorno”, e pode ser solucionada por políticas macroeconômicas de correção das taxas de câmbio, lucro, salários, juros e inflação. Para boa parte dos desenvolvimentistas, a desindustrialização se concentrou no contexto industrial liberal (com destaque ao governo FHC) e o período posterior, contexto “Retorno”, se mostrou como um início da recuperação da desindustrialização, ainda necessitando de políticas mais intensas e coordenadas para o desenvolvimento do sistema de inovação.

Comparando a literatura analisada sobre sistemas de inovação e a história das políticas industriais no Brasil, é possível verificar que há uma convergência entre a abordagem evolucionária de promoção do desenvolvimento e as políticas industriais ativas realizadas no país.

Nos períodos de maior desenvolvimento industrial (Vargas, JK e Militares), as políticas industriais brasileiras foram voltadas a criação de grandes empresas estatais, obras de infraestrutura em transporte e energia de abrangência nacional, criação de um grande banco de financiamento a longo prazo, etc. Não eram políticas com vista a criação ou aproximação dos mercados ao modelo de concorrência perfeita, mas de geração de organizações com volume considerável de capacidades produtivas para atender a demanda nacional. Em outras palavras, foram criadas instituições com uma forma de

operação muito mais semelhante às rotinas da grande firma, teorizadas por Nelson e Winter (2005), que da concorrência perfeita, modelo padrão na teoria convencional.

Com a finalidade de clarificar melhor o debate atual sobre políticas industriais, o presente trabalho analisou as publicações da *Revista de Economia Política* dos últimos 4 anos classificadas como L e O na classificação JEL. É de suma importância mencionar, no entanto, que a análise realizada não esgota o tema da discussão, ainda há várias publicações de outras revistas que não foram abordadas aqui.

REFERÊNCIAS

BARRIONUEVO, Arthur. A formação distorcida de preços administrados na experiência brasileira recente. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 475-491, jul-set/2015

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 237-265, abr./jun. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 493-513, jul./set. 2016.

BURLAMAQUI, Leonardo. Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter- Keynes – Minsky approach. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 728-744, out-dez/2015

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 444-460, jul-set/2015

CASTRO, Antonio Barros de. A Rica Fauna da Política Industrial e a sua Nova Fronteira. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 1, n. 2, p.253-274, jul./dez. 2002.

CAVALIERI, Henrique; TORRES, Ricardo Lobato. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 859-877, out-dez/2015

CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni; NELSON, Richard R.; STIGLITZ, Joseph. Instituições Políticas Moldando o Desenvolvimento Industrial: uma nota introdutória. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.55-85, jan./jun. 2007.

CHIARINI, Tulio. A inércia estrutural da base produtiva brasileira: o IDE e a transferência internacional de tecnologia. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 286-308, abr./jun. 2016.

CORDEIRO, Rui Mesquita. Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 230-248, abr./jun. 2014.

CORONEL, Daniel Arruda; AZEVEDO, André Felipe Zago de; CAMPOS, Antônio Carvalho. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 103-119, jan-mar/2014

CUNHA, André Moreira; LELIS, Marcos Tadeu Caputi; FLIGENSPAN, Flávio Benevett. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3, p. 463-485, jul-set/2013

DÁVILA-FERNÁNDEZ, Marwil Jhonatan. Desindustrialização e o investimento em infraestrutura como instrumento conciliador de uma política industrial base no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 576-600, jul-set/2015.

EGAN, Patrick J. W.. Crawling up the value chain: domestic institutions and non-traditional foreign direct investment in Brazil, 1990-2010. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1, p. 156-174, jan-mar/2015.

FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa. Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e ditadura militar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.23, p. 3 –25, set. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/23/art01_23.pdf> Acesso em 03/12/2017

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra S/a, 2000. 126 p.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 238 p.

GALBRAITH, John Kenneth. **American Capitalism**. Boston: Houghton Mifflin, 1956.

GRINBERG, N. On the Brazilian ground-rent appropriated by landowners. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 799-824, out-dez/2015

HERMIDA, Camila do Carmo; AVELLAR, Ana Paula Macedo de; XAVIER, Clésio Lourenço; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Desempenho e fragmentação da indústria de alta tecnologia do Mercosul. **Revista de Economia Política**, v. 35, no 3, p. 622-644, jul-set/2015.

IORIS, Rafael Rossotto; IORIS, Antônio Augusto. Assessing development and the idea of development in the 1950s in Brazil. **Revista de economia política**. v. 33, n. 3, p. 411-426, Jul-Set/2013.

LOPES, Francisco Lafaiete. On high interest rates in Brazil. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 3-14, Jan-Mar/2014

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor**: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfólio-penguin, 2014. 314 p.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Igor L.; MAGACHO, Guilherme R.. Sectoral capabilities and productive structure: An input-output analysis of the key sectors of the Brazilian economy. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 470-492, jul./set. 2016.

MISSIO, Fabrício; JAIME JR., Frederico G.; OREIRO, José Luís. The structuralist tradition in economics: methodological and macroeconomics aspects. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2, p. 247-266, abr-jun/2015

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, p. 222-239, abr-jun/2013.

NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G.. **Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica**. Campinas: Editora Unicamp, 2005. 632 p.

PELAEZ, Victor; IVERNIZZI, Noela; FUCK, Marcos Paulo; BAGATOLLI, Carolina; OLIVEIRA, Moacir Rodrigues. A volatilidade de agenda de políticas de C&T no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 5, p. 788-809, set./out. 2017.

PEREIRA, Adriano José; DATHEIN, Ricardo. The role of transnational corporations in the international insertion of Brazilian manufactures in the context of productive restructuring. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 769-787, out./dez. 2016

POSSAS, Mario. A cheia do "Mainstream": comentários sobre os rumos da ciência econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 1997

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; TORRES, Daniela Almeida Raposo. National Innovation System and external constraint on growth. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 748-768, out./dez. 2016.

REYES, Fidel Aroche. La estructura económica del (sub)desarrollo y el equilibrio general o ¿qué ocurrió con la teoría del desarrollo y con las estructuras económicas?. **Revista de Economia Política**, v. 33, n 3, p. 538-550, jul-set/2013.

ROTHACHER, Jan-Ulrich. The sources for orthodox and heterodox trade and industrial policies in Brazil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 580-602, jul./set. 2016.

SCHUMPETER, Joseph A.. **CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S. A., 1961. 487 p.

_____. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1997. 238 p.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; MARTINS, Humberto Eduardo de Paula; NEDER, Henrique Dantas. Investimentos em infraestrutura de transportes e desigualdades regionais no Brasil: uma análise dos impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 840-863, out./dez. 2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996. 479 p.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política Industrial e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr./jun. 2006.

TAVARES DE ARAUJO JR., José. O enigma da política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 461-474, jul-set/2015

TORRES, Daniela Almeida Raposo; RESENDE, Marco Flávio da Cunha. Causação circular do crescimento das economias em desenvolvimento: uma ponte entre as abordagens evolucionária e pós keynesiana. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, p. 240-259, abr-jun/2013.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Nature of the state economic expanded functions in the Brazilian economy. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 91-108, jan./mar. 2016.

APPEL, Tiago Nasser. Just how capitalist is China?. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 4, p. 656-669, Out-Dez/2014

ARAÚJO, Ricardo azevedo. Assessing the dynamics of terms of trade in a model of cumulative causation and structural change. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 1, p. 150-167, jan./mar. 2016.

AZEVEDO, Paulo Furquim de; SERIGATI, Felipe C.. Preços administrados e discricionariedade do Executivo. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 510-530, jul-set/2015

BARBOSA, Fernando de Holanda; BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. O Brasil pode repetir o milagre econômico?. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 4, p. 608-627, out-deze/2014

BARRIONUEVO, Arthur. A formação distorcida de preços administrados na experiência brasileira recente. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 475-491, jul-set/2015

BEKERMAN, Marta; DALMASSO, Gonzalo. Políticas productivas y competitividad industrial. El caso de Argentina y Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 158-180, jan-mar/2014

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Ignacy Sachs e a nave espacial Terra. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, p. 360-366, abr-jun/2013

_____. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 237-265, abr./jun. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 493-513, jul./set. 2016.

BURLAMAQUI, Leonardo. Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter- Keynes – Minsky approach. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 728-744, out-dez/2015

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 444-460, jul-set/2015

CAVALIERI, Henrique; TORRES, Ricardo Lobato. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 859-877, out-dez/2015

CHERNY, Nicolás. Institutions, credibility and crisis: the inconsistencies of Argentine exchange rate policy (1991-2006). **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1, pp. 95-113, Jan-Mar/2015

CHIARINI, Tulio. A inércia estrutural da base produtiva brasileira: o IDE e a transferência internacional de tecnologia. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 286-308, abr./jun. 2016.

CORDEIRO, Rui Mesquita. Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 2, p. 230-248, abr-jun/2014

CORONEL, Daniel Arruda; AZEVEDO, André Felipe Zago de; CAMPOS, Antônio Carvalho. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 103-119, jan-mar/2014

CUNHA, André Moreira; LELIS, Marcos Tadeu Caputi; FLIGENSPAN, Flávio Benevett. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3, p. 463-485, jul-set/2013

DAUDERSTÄDT, Michael. Germany's socio-economic model and the Euro crisis. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 1, p. 3-16, Jan-Mar/2013

DÁVILA-FERNÁNDEZ, Marwil Jhonatan. Desindustrialização e o investimento em infraestrutura como instrumento conciliador de uma política industrial base no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 576-600, jul-set/2015

EGAN, Patrick J. W.. Crawling up the value chain: domestic institutions and non-traditional foreign direct investment in Brazil, 1990-2010. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1, p. 156-174, jan-mar/2015

GRINBERG, N. On the Brazilian ground-rent appropriated by landowners. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 799-824, out-dez/2015

HERMIDA, Camila do Carmo; AVELLAR, Ana Paula Macedo de; XAVIER, Clésio Lourenço; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Desempenho e fragmentação da indústria de alta tecnologia do Mercosul. **Revista de Economia Política**, v. 35, no 3, p. 622-644, jul-set/2015

IORIS, Rafael Rossotto; IORIS, Antônio Augusto. Assessing development and the idea of development in the 1950s in Brazil. **Revista de economia política**. v. 33, n. 3, p. 411-426, Jul-Set/2013

KARO, Erikki; KATTEL, Rainer. Public management, policy capacity, innovation and development. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 80-102, Jan-Mar/2014

KON, Anita. On the creative economy chain in Brazil: potential and challenges. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 168-189, jan./mar. 2016.

LOPES, Francisco Lafaiete. On high interest rates in Brazil. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 3-14, Jan-Mar/2014

LOPES, Herton Castiglioni. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4, p. 619-637, out-dez/2013

_____. O novo desenvolvimentismo: uma contribuição institucionalista. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 807-826, out./dez. 2016.

MAGALHÃES, João Paulo De Almeida. Crescimento clássico e crescimento retardatário: um novo enfoque para políticas de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 4-13, abr./jun. 2016.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Igor L.; MAGACHO, Guilherme R.. Sectoral capabilities and productive structure: An input-output analysis of the key sectors of the Brazilian economy. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 470-492, jul./set. 2016.

MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes. Notas críticas sobre O Capital no século XXI de Thomas Piketty. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 684-703, out./dez. 2016.

MASIERO, Gilmar; COELHO, Diego Bonaldo. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 1, p. 139-157, jan-mar/2014

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 1, p. 41-59, jan-mar/2013

MATTEI, Lauro; SCARAMUZZI, Thaís. A taxa de câmbio como instrumento do desenvolvimento econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 726-747, out./dez. 2016.

MEDEIROS, Carlos Aguiar; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1, p. 28-42, jan-mar/2015

MEDIALDEA, Bibiana. Brazil: an economy caught in a financial trap (1993-2003). **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3, p. 427-445, Jul-Set/2013

MENDES, Ana Paula F.; BERTELLA, Mário A.; TEIXEIRA, Rudolph F. A. P.. Industrialization in Sub-Saharan Africa and import substitution policy. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 120-138, jan-mar/2014

MISSIO, Fabrício; JAIME JR., Frederico G.; OREIRO, José Luís. The structuralist tradition in economics: methodological and macroeconomics aspects. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2, p. 247-266, abr-jun/2015

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. O debate desenvolvimentista: reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, pp. 745-762, out-dez/2015

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, p. 222-239, abr-jun/2013

MORENO-BRID, Juan Carlos; FRAGA-CASTILLO, Carlos Alberto. Update analysis on the international crisis and its impact on the Mexican economy. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 4, p. 628-637, Out-Dez/2014

NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem. Liberal versus neo-developmental convention to growth: Why has Brazil shown a poor performance since the 1980s. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4, p. 555-576, Out-Dez/2013

NAYYAR, Deepak. Globalization and democracy. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 388-402, jul-set/2015

OBENG-ODOOM, Franklin. The grab of the world's land and water resources. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3, p. 527-537, Jul-Set/2013

OREIRO, José Luis; BASÍLIO, Flávio A. C.; SOUZA, Gustavo J. G.. Effects of overvaluation and exchange rate volatility over industrial investment: Empirical evidence and economic policy proposals for Brazil. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 3, p. 347-369, Jul-Set/2014

PEIGO, Noele de Freitas; RUAS, José Augusto Gaspar. Rethinking "energy nationalism": a study of the relationship between nation states and companies in the oil industry. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 557-575, jul-set/2015

PEREIRA, Adriano José; DATHEIN, Ricardo. The role of transnational corporations in the international insertion of Brazilian manufactures in the context of productive restructuring. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 769-787, out./dez. 2016

RESENDE, Marcelo; ZEIDAN, Rodrigo; REGA, Gabriel P.. Price synchronization in retailing: some empirical evidence. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 2, p. 284-293, Abr-Jun/2014

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; TORRES, Daniela Almeida Raposo. National Innovation System and external constraint on growth. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 748-768, out./dez. 2016

REYES, Fidel Aroche. La estructura económica del (sub)desarrollo y el equilibrio general o ¿qué ocurrió con la teoría del desarrollo y con las estructuras económicas?. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3, p. 538-550, jul-set/2013

ROSSI, Pedro. Política cambial no Brasil: um esquema analítico. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 708-727, out-dez/2015

ROTHACHER, Jan-Ulrich. The sources for orthodox and heterodox trade and industrial policies in Brazil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 580-602, jul./set. 2016.

SALTO, Felipe Scudeler. Democracia consolidada e tamanho do Estado. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 61-71, jan-mar/2014

SANTISO, Carlos. Why budget accountability fails? The elusive links between parliaments and audit agencies in the oversight of the budget. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 601-621, Jul-Set/2015

SCHNEIDER, Ben Ross. The developmental state in Brazil: comparative and historical perspectives. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1, p. 114-132, jan-mar/2015

SHAPIRO, Helen; MORENO-BRID, Juan Carlos. Alice Amsden's impact on Latin America. **Revista Brasileira de Economia Política**, v. 34, n. 2, p. 187-197, Abr-Jun/2014

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; MARTINS, Humberto Eduardo de Paula; NEDER, Henrique Dantas. Investimentos em infraestrutura de transportes e desigualdades regionais no Brasil: uma análise dos impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 840-863, out./dez. 2016.

TAVARES DE ARAUJO JR., José. O enigma da política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 461-474, jul-set/2015

TORRES, Daniela Almeida Raposo; RESENDE, Marco Flávio da Cunha. Causação circular do crescimento das economias em desenvolvimento: uma ponte entre as abordagens evolucionária e pós keynesiana. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, p. 240-259, abr-jun/2013

VEEBEL, Viljar; NAMM, Andra. Testing the models of transition in practice: the case-studies of Estonia and Slovenia. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 389-409, abr./jun. 2016.

VERÍSSIMO, Michele Poline; XAVIER, Lourenço Clésio. Taxa de câmbio, exportações e crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 1, p. 82-101, jan-mar/2013

VERNENGO, Matías. From restrained golden age to creeping platinum age: A periodization of Latin American development in the Robinsonian tradition. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 683-707, out-dez/2015

VIEIRA, Flávio Vilela; AVELLAR, Ana Paula; VERÍSSIMO, Michele Poline. Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 3, p. 485-502, jul-set/2014

VIEIRA, Flávio Vilela; DAMASCENO, Aderbal Oliveira. Desalinhamento cambial, volatilidade cambial e crescimento econômico: uma análise para a economia brasileira (1995-2011). **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 4, p. 704-725, out-dez/2016

WJUNISKI, Bernardo Stuhlberger. Education and development projects in Brazil (1932-2004): Political economy perspective. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 1, p. 146-165, Jan-Mar/2013